

# Comitês são beneficiados

No município paraense de Vigia, a 93 quilômetros de Belém, com 50 mil habitantes, é bem difícil encontrar quem saiba dizer o que faz a Associação Educacional e Assistencial Protege. Nem mesmo seu presidente, Edmilson de Souza Campos, manifestou interesse em explicar os objetivos da entidade, beneficiada com quase Cr\$ 500 mil. A sede da associação, ao menos no período eleitoral, não passa de um escritório de campanha do deputado federal Domingos Juvenil (PMDB-PA), tio do presidente Edmilson.

“A associação existe apenas no papel”, diz o assessor cultural da Prefeitura de Vigia, Francisco Soeiro —, para receber essas verbas, provavelmente utilizadas na campanha eleitoral.

Além de manter o sobrinho na presidência da associação, o deputado indicou como tesoureira a cunhada, Maria do Livramento. Junto com o claro envolvimento político, a entidade tem problemas bem conhecidos com o Tribunal de Contas do Estado, que mandou publicar um edital, recentemente, convocando o presidente Edmilson Campos para explicar a aplicação de Cr\$ 6 milhões, liberados pela Secretaria Estadual de Planejamento, para a qual não houve, até agora, qualquer prestação de contas.

As vezes, é a verba que desaparece, como no caso dos Cr\$ 135 mil destinados ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em Teresina. O vice-presidente do sindicato, Juvenal Vaz, assegura que esta verba nunca chegou ao sindicato e lembra, ainda, que “o estatuto proíbe doações que não sejam dos próprios associados”.

Do mesmo modo, os sindicatos de trabalhadores rurais de Mato Grosso — que, segundo a relação do CNSS, receberam, ao todo, cerca de 19 por cento dos Cr\$ 4,3 milhões encaminhados ao estado — negam que receberam tais valores.

“A última verba do Governo Federal para os sindicatos de Mato Grosso foi enviada na década de 70”, garante o presidente da Federação de Trabalhadores Rurais de Mato Grosso, Miguel Francisco dos Santos.

Em situação mais estranha fica o Sindicato das Indústrias de Preparação de Óleos Vegetais, Animais, Sabão e Vela do Maranhão, que inexplicavelmente recebeu quase Cr\$ 300 mil das subvenções do CNSS. O sindicato mudou de nome e de diretoria, que agora está movendo uma ação na Justiça para obrigar o ex-presidente a prestar contas de sua gestão. A nova diretoria quer que o antigo presidente devolva um automóvel e um televisor adquiridos com recursos fornecidos pelo Serviço Social

da Indústria. A nova diretoria assegura que não encontrou qualquer vestígio de verbas do CNSS.

Em Porto Velho, o endereço do Instituto São Francisco de Assis, na rua Sete com a rua Vinte, no Jardim das Mangueiras, é um terreno baldio, cheio de mato, viveiro de ratos, aranhas e baratas. Não se sabe, sequer, o nome do proprietário do terreno. A entidade recebeu, porém, Cr\$ 235 mil, valor que corresponde a praticamente dez por cento da verba distribuída no estado.

O restante é repartido entre os grandes caciques da política local: o senador José Ronaldo Aragão tem a Sociedade Beneficiante J. R. Aragão, que fica com quase Cr\$ 500 mil (e supostamente funciona na casa da irmã do senador, uma bela mansão em Porto Velho, com garagem para quatro carros). O Instituto de Desenvolvimento Político e

Social Eva Cândido tem o nome da filha da deputada federal Raquel Cândido, e é a sede do seu comitê político e de seu partido, o PDT. Segundo explicações de Malu Cândido, também filha da deputada, o Instituto foi transferido para outro local e está provisoriamente fechado.

Outra das entidades subvencionadas de Rondônia, a Sociedade Evangélica de Assistência Social de Porto Velho é, na verdade, o templo Presbiteriana Fundamentalista, aberto para cultos apenas três dias na semana.

Em Rondônia, fecha o grupo de entidades beneficiadas com verbas do CNSS a Fundação Olavo Pires, suporte político do senador Olavo Pires, assassinado em meados de outubro do ano passado. Além das instalações em Porto Velho, a Fundação também tem um escritório em Brasília.



A Fundação Olavo Pires funcionava como um comitê